

EDUCAÇÃO DO CAMPO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UM RECORTE DA ESCOLA JOSÉ FIDELIS DE MOURA.

Daniel Carneiro Mendes¹; Aldiva Sales Diniz²

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA.

Email: danilemendes2090@gmail.com

Professora doutora do Programa de Pós-graduação em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú-

UVA: email: aldivadiniz@uvanet.com

RESUMO: O trabalho dará ênfase as questões étnico-raciais inserido na Escola Profissional do Campo José Fidelis de Moura, que fica localizado em Santana do Acaraú, no Ceará. Abordar em sala de aula um tema tão necessário e estratégico, ainda é escasso em boa parte das escolas do campo e da cidade no Brasil, por mais que haja leis específicas que obrigam tal debate. Dessa forma, o autor pesquisará de forma qualitativa, no quesito racial, a realidade da Escola José Fidelis.

Palavras-chave: Campo; Educação; Negro.

INTRODUÇÃO

Segundo os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 56% da população brasileira é composta por pardos e pretos. Sendo o Brasil o país que possui a maior quantidade de afro-descendentes fora do continente africano, somando-se mais de 80 milhões de pessoas (IBGE, 2019). A rigor, tais dados deveriam refletir um país unido e próspero, sem distinção de cor, etnia, classe, religião, entre outros recortes, pois, pardos e pretos são maioria, todavia, a democracia racial no Brasil, continua sendo um mito.

De caráter estrutural e sistêmico, o racismo é uma realidade inquestionável nas relações sociais do povo brasileiro, sendo instalado e institucionalizado, desde a invasão dos portugueses as terras de Vera Cruz, em 1500.

O campo brasileiro, compreendido como local de trabalho e vida, certamente não está isento das contradições raciais no Brasil, pelo contrário, está repleto de desigualdades que devem ser analisados, questionados e combatidos.

A proposta educacional contextualizada ao campo, inserida nas escolas camponesas, por mais inclusiva e progressista que seja, não está isenta do racismo, principalmente por sua marca estrutural, isto é, uma construção social histórica presente em toda sociedade brasileira,

que é perpetuada por todas e todos.

Deve-se considerar que o sistema educacional é um meio de socialização e que em muitos momentos acabam por reproduzir a ideologia em relação à raça, reforçando os privilégios de uma etnia em detrimento de outras.

Desta forma, o trabalho em questão, buscará evidenciar os desafios que a Escola do Campo José Fidelis de Moura perpassa ao buscar meios para inserir em sua realidade uma Educação Antirracista. A José Fidelis fica localizada no Assentamento Conceição Bonfim, município de Santana do Acaraú, no Ceará. Da mesma forma, o autor trará possíveis soluções as problemáticas em discussão.

MATERIAL E METODOLOGIA

O presente artigo, almeja compreender como as Escolas do Campo vem trabalhando o debate étnico-racial em ambiente escolar, tendo como objeto principal a escola Profissional do Campo José Fidelis de Mouras, no Ceará.

Para a concretização do trabalho, foi utilizado o método qualitativo. Nessa perspectiva, o autor realizou leituras sobre o tema para o embasamento teórico, assim como esteve presente na Escola José Fidelis para compreender a realidade local, por meio de entrevistas e observações participativas.

Autores como: Caldart (2006); Mbembe (2019); Molina (2004), o Projeto Político e Pedagógico da Escola do Campo Jose Fidelis de Moura (2019), foram essenciais para a compressão do tema.

RESULTADO E DISCURSSÃO

Ser um sujeito antirracista requer práticas antirracistas. O Brasil, considerado em números, o país que possui a maior quantidade de negros e negras fora de África, ainda possui, estatisticamente, fortes desigualdades raciais, fruto de um processo escravocrata que perdura até o presente século.

No campo e na cidade, as políticas de extermínio contra os corpos de negros e negras, massacram diariamente inúmeras vítimas e famílias. O filósofo camaronês Achilles Mbembe (2018), nomeia esse processo de necropolítica, ou seja, a política da morte. Quem deve viver e quem deve morrer segundo as políticas do Estado.

Falar sobre as questões étnico-raciais no campo, para a maioria, ainda é um tema

desconhecido e tido como tabu. Historicamente, o projeto de nação da elite do atraso, de forma contínua, visualiza o camponês e a camponesa como mão de obra barata, sujeitos iletrados e irracionais.

Ao abordar nas Escolas do Campo o debate racial, respaldado pela lei 10.639/2003, entre outros dispositivos pedagógicos legais e institucionais, ocorrerá um processo denominado de contra hegemonia. Ora, antes o debate sobre o tema era fortemente estereotipado, preconceituoso e romantizado, agora, de forma decolonial, o intuito é trazer o outro lado da história, escrito e vivenciado pelos próprios sujeitos negros e negras.

A Educação do Campo nasce da luta camponesa pela terra e pela Reforma Agrária. Conforme afirma Molina (2004, p. 67): “O paradigma da Educação do Campo nasceu na luta pela terra e pela reforma agrária. Afirmamos que esta luta cria e recria o campesinato em formação no Brasil.”

O Projeto Político Pedagógico da Escola do Campo José Fidelis de Moura, detalha ainda mais o conceito dessa proposta educativa voltada ao campo:

Uma educação construída a partir dos seus sujeitos, os trabalhadores e as trabalhadoras do campo e suas especificidades; nas trajetórias de lutas de suas organizações; vinculado aos interesses sociais, políticos e sociais do camponês. Para além de uma educação contextualizada, trata-se de um projeto de formação do homem e da mulher do campo, nos seus diversos contextos, e de um projeto de desenvolvimento do território camponês. (Projeto Político e Pedagógico da escola José Fidelis de Moura 2020, p. 23).

A educação contextualizada ao campo, em sua gênese, nasce para defender os sujeitos camponeses nas suas mais variadas manifestações, que vai dos costumes à cultura. O trabalho, nessa proposta pedagógica, é encarado como processo formativo. A terra é vista como local de luta histórica e afazeres coletivos.

Desde os anos de 1985, os Movimentos Sociais Camponeses, especialmente o MST, vivenciaram diversas experiências que construíram escolas realmente “do campo”, e não “para o campo”. Uma escola voltada à cultura e identidade camponesa. Uma escola que evidencia as lutas dos povos do campo pelo acesso e permanência à terra. Um modelo educacional que prioriza tanto o conhecimento científico como o popular.

Atualmente, 2023, o Ceará conta com dez escolas de Ensino Médio do Campo funcionando em assentamentos de reforma agrária, são elas: escola João dos Santos Oliveira, no assentamento 25 de maio, em Madalena; Florestan Fernandes, no assentamento Santana, em Monsenhor Tabosa; Nazaré Flor, no assentamento Maceió, em Itapipoca; Francisco Barros, no assentamento Lagoa do Mineiro, em Itarema; José Fidelis, no assentamento Bomfim Conceição,

em Santana do Acaraú; Francisca Pinto, No assentamento Antônio Conselheiro, em Ocara; Filha da luta Patativa do Assaré, no assentamento Santana da Cal, em Canindé; Padre José Augusto, no assentamento Pedra e Cal, Jaguaratama; Paulo Freire, no assentamento Salão, em Mombaça e Irmã Tereza, no assentamento Nova Canaã, em Quixeramobim.

Historicamente, o espaço escolar constitui-se como instituição do Estado, organizado por ordenamentos e hierarquias, regras e padrões, mas que ao passar dos anos, tais modelos “engessados”, foram sendo moldados por propostas pedagógicas diferenciadas, como a da Educação do Campo, considerado por muitos como educação revolucionária (Caldart, 2004).

Atualmente, as Escolas de Ensino Médio do Campo têm sua matriz curricular formada por disciplinas obrigatórias da base nacional comum e por disciplinas da base diversificada (Práticas Sociais Comunitárias, Organização do Trabalho, Técnicas Produtivas, Projetos, Estudos e Pesquisas).

Para colocar em prática a matriz curricular de formação integral, as escolas se utilizam de cinco estratégias pedagógicas integradas, nas quais são: semestralidade por área, diversidade de tempos educativos, componentes curriculares integradores, o campo experimental da agricultura camponesa e o inventário da realidade (MST, 2005).

A Escola Profissional do Campo José Fidelis de Moura, fica localizado nas dependências da Zona Rural do Município de Santana do Acaraú, no Assentamento Conceição Bonfim, na macrorregião noroeste do estado do Ceará.

“A escola do campo é mais do que escola (Caldart, 2006).” Um dos pilares socioeducativos das Escolas do Campo é ser contra hegemônica, em outras palavras, vivenciar outra realidade pedagógica que se diferencie das escolas convencionais.

Na José Fidelis, o ambiente escolar deve sempre estar atrelado ao cotidiano da comunidade. Isso é praxe desse modelo de ensino. As lutas e festividades do assentamento, normalmente, antes de se concretizar, passam pela escola como forma de contribuição à comunidade.

Quando o quesito é a implementação de um ambiente educativo verdadeiramente antirracista, por mais inclusiva que seja a proposta da Educação do Campo, mesmo assim carece de certos debates e informações.

O Estado brasileiro, em sua gênese, é burguês e racista. Por mais que a população de pardos e pretos seja mais que 50% no Brasil, até o presente momento, só houve um presidente negro. Isso revela o quão desigual racialmente o país é.

Isso reflete diretamente na Educação, porquanto as políticas de ações afirmativas e antirracistas, é uma realidade recente, datado do início do século XXI. Há somente uma lei que obriga o debate racial nas escolas, implantado no ano de 2003 (lei 10.639/2003).

O Projeto Político Pedagógico da Escola José Fidelis Moura, em sua segunda edição, vem inserindo progressivamente o debate étnico-racial no documento, como forma de resistência e persistência ao tema, pois, segundo o núcleo gestor: “não há incentivo partindo do estado e município para a formação de um educador que pense na diversidade racial. A gente faz por nós mesmo.”³

Lutar por outra realidade fora do convencional, sempre foi um objetivo da Escola do Campo José Fidelis, mesmo perante os desafios do Estado e do capital que vislumbra o educando como mão de obra barata.

Na escola, em suas formações e no ambiente físico, é perceptivo pequenas manifestações que podem ser entendidas como ações antirracistas. Em sala de aula, há alguns Núcleos de Bases (NBs), que homenageiam lutadores e lutadoras negros e negras, como Zumbi e Dandara. Neste caso, além da homenagem, os educandos também estudam o legado de tais sujeitos. Em relação a ornamentação escolar, é notável a exaltação de determinadas figuras de negros e negras, nas paredes por meio de pinturas, quadros, cartazes e cânticos.

É evidente que a instalação de uma educação antirracista, vai muito além de tais práticas, todavia, é preciso compreender os limites que a Escola perpassa em meio a sua boa vontade.

Um meio eficaz capaz de auxiliar não somente a escola, mas qualquer instituição educacional, seria um processo formativo denominado de Letramento Racial. Neste caso, os ministrantes do curso, normalmente são pessoas que estão inseridos no Movimento Negro e estejam na ala da Educação.

Esta metodologia vem proporcionando uma verdadeira formação antirracista para educadores e educadoras de todo o Brasil, pois “em uma sociedade racista, não basta ser não racista, é preciso ser antirracista.” (Ângela Davis).

Letramento Racial é um curso de curta duração que ensina o básico a um determinado grupo de pessoas, que podem ser da área da educação ou não, sobre a questão racial no Brasil. Temas como: colorismo, raça, racismo, branquitude, África, afro-brasileiro, lei 10.639/2003,

³ Fala proferida pela Diretora da Escola do Campo José Fidelis, Maria Valderli de Sousa, no Encontro de Formação de Educadores do Campo, em Santana.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

lei de cotas, são apenas alguns exemplos de assuntos que são abordados de forma lúdica aos cursistas.

A Educação do Campo, assim como qualquer modalidade de ensino, precisa fortemente está entrelaçada nas lutas do povo negro e na inserção do debate racial em suas escolas. Para isso, não cabe apenas a boa vontade em apreender, mas do incentivo massivo partido dos entes da federação competentes (MEC e Secretarias de Educação a nível estadual e municipal).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento, são poucas as considerações do trabalho, porquanto ainda está em andamento. Seja no campo ou na cidade, ainda se constata poucas movimentações para a criação real de uma educação antirracista nas escolas.

A Educação do Campo, certamente não está fora dessa realidade, por mais progressista e inclusiva que seja. Nos últimos anos, o Movimento Negro vem construindo vários métodos que possam abordar de forma simples e eficaz temas que envolvam a questão racial no Brasil.

Entende-se que vários são os desafios, todavia, temos alguns avanços significantes, se comparado ao passado. A escola do Campo José Fidelis é um exemplo a ser copiado, assim como outras escolas do campo do estado do Ceará.

REFERÊNCIAS

Caderno de educação do MST nº 13 edição Especial. **Dossiê MST Escola**. Documentos e Estudos 1009-2001. São Paulo, agosto/2005.

CALDART, Roseli Salete, PALUDO, Conceição, DOLL, Johannes, (Orgs). **Como se formam os sujeitos do campo: Idosos, adultos jovens, crianças e educadores**. Brasília: PRONERA: NEAD, 2006.

Desigualdade Racial por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas. Edição Nº 41º. IBGE, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80p.

MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da Educação do Campo**. In: Mônica Castagna Molina; Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus. (Org.). Por uma Educação do Campo. 1ed. Brasília: NEAD, 2004, v. 5, p. 53-89.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE FORMAÇÃO INTEGRAL DO CAMPO DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO JOSÉ FIDELIS DE MOURA. Assentamento Bomfim Conceição, Santana do Acaraú, 2019.